



Eixo: Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais e desigualdades.

## BARBÁRIE E QUESTÃO SOCIAL - COTIDIANO E RESISTÊNCIA DE MULHERES NEGRAS NAS PERIFERIAS DAS GRANDES CIDADES

ELIANA PEREIRA SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** A vivência da pobreza e as formas de discriminação em razão da sua raça/etnia expressam como as determinações de "classe, gênero e raça/etnia", se articulam nas histórias e das diversas formas de violência no cotidiano das mulheres negras e pobres da periferia. A população pobre e negra são os que mais sofrem as repercussões da barbárie contemporânea e das expressões da questão social. A despeito dessas condições, mulheres pobres da periferia constroem cotidianamente alternativas e estratégias de resistência que se apresentam a partir do conjunto das suas determinações e no horizonte das lutas imediatas.

**Palavras-chave:** mulheres negras; periferia; barbárie; questão social.

**Abstract:** The experience of poverty and forms of discrimination on the basis of race / ethnicity express how the determinations of "class, gender and race / ethnicity" are articulated in the stories and of the various forms of violence in the everyday life of black and poor women in the periphery . The poor and the black population suffer the most from the repercussions of contemporary barbarism and the expressions of the social question. In spite of these conditions, poor women from the periphery daily construct alternatives and strategies of resistance that appear from the set of their determinations and the horizon of the immediate struggles.

**Keywords:** black women; periphery; barbarism; social issue.

### 1. INTRODUÇÃO

Na formação social brasileira os determinantes da herança escravocrata, o patrimonialismo e o clientelismo marcam profundamente as relações sociais - racismo e patriarcado conformam uma relação consubstancial com a classe, de forma que as relações sociais entre os sexos e as relações de "raças/etnia" contribuem para divisão, hierarquia e subjugação da classe trabalhadora.

O racismo associado às precárias condições de vida colocam as mulheres e negras em situação ainda mais grave, pois o legado histórico da escravidão e exploração da população negra geram condições de vida muito

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <elianapere@gmail.com>

desiguais que potencializam o risco de vida, prejudicam o acesso aos direitos essenciais e reforçam um caminho de desvalor dessas vidas. Elas são a maioria entre as pessoas que vivem em condições precárias de vida com a violação de direitos essenciais e cerceamento das possibilidades de segurança e autonomia.

A síntese de indicadores sociais (IBGE, 2016) sobre a análise das condições de vida da população brasileira, aponta para uma significativa elevação dos índices de desigualdade, violência e precarização das condições de vida da população, destacando-se a prevalência para população autodenominada como negra e parda. Entre 2005 e 2015 identifica-se um aumento da população e a redução da taxa de desocupação entre os jovens e as mulheres, bem como uma queda de rendimentos. Em 2015, havia cerca de 54,0 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, dentre os quais cerca de 69,0% eram mulheres. (IBGE, 2016). Além do aumento da pobreza para parte significativa da população, importante ressaltar empobrecimento ainda maior dos mais pobres, do sexo feminino, de cor e raça negra.

As disparidades de classe, gênero e raça, são evidentes nos diversos indicadores sociais, mais explicitamente quando analisamos os dados relacionados à violência - as mulheres negras representam 68% das mortes por agressão (BRASIL, Ministério da Justiça, 2015), 62,8% das vítimas de mortalidade materna (BRASIL, SIM, 2012)<sup>2</sup> e 58% das mulheres vítimas de violência doméstica (BRASIL, Central de atendimento à mulher, 2015). De acordo com a Secretaria de Políticas para Mulheres (2015), a morte de mulheres por situação de aborto tem aumentado entre negras e diminuído entre as brancas – o número de mortes de mulheres brancas caiu de 30 para 15 por 100 mil partos e entre as negras aumentou de 34 para 51.<sup>3</sup>

De acordo com o Mapa da Violência de 2016 (WAISELFISZ, 2016), das 44.861 vítimas por arma de fogo no Brasil em 2014, 94% eram homens. Do total, 29.813 pessoas que morreram, era negra, um aumento de 46% em

---

<sup>2</sup> BRASIL. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Relatório Socioeconômico da Mulher- 2014**, Brasília, DF, 2015.

<sup>3</sup> In: Feminicídio. Invisibilidade que Mata. Fundação Rosa Luxemburgo, São Paulo. Instituto Patrícia Galvão, 2017.

relação ao ano de 2003. A maioria das vítimas eram jovens de 15 a 29 anos. Nesse mesmo período caiu em 26,1% o número de vítimas brancas.

Segundo o Mapa da Violência 2015 - Homicídios de Mulheres no Brasil (WAISELFISZ, 2015), a taxa de feminicídio no Brasil é de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, a análise em comparação com outros países indicam que os nossos índices excedem os encontrados na maior parte do mundo. O Brasil ocupa o 5º. Lugar no ranking de índice de violência a mulher. As mulheres jovens e negras são as vítimas prioritárias, a análise das taxas de homicídios de mulheres, considerando a questão da incidência da raça/cor na violência letal, indica um aumento de 54% nos últimos 10 anos, enquanto a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas diminuiu em 9,8%. O perfil preferencial das mulheres vítimas de homicídios são meninas e mulheres negras a maioria na idade de 18 a 30 anos de idade. (WAISELFISZ, 2015).

O Brasil ocupa o 3º país que encarcera no mundo segundo os dados divulgado pelo Ministério da Justiça<sup>4</sup>. Segundo os dados do INFOPEN (DEPEN, 2014), são 579.781 pessoas custodiadas no Sistema Penitenciário, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. No período de 2000 a 2014 o aumento do encarceramento da população feminina foi de 567,4%, enquanto a média do crescimento masculino no mesmo período foi de 220,20%.

O número de mulheres encarceradas cresce a cada dia, as condições de vida das mulheres são deploráveis e na prisão sofrem todo o tipo de violação de direitos. As mulheres vêm sendo privadas de liberdade, sobretudo, por acusações de envolvimento com tráfico de drogas, responsável por mais da metade das prisões das mulheres. (SILVA, 2017).

A persistência do racismo estrutural<sup>5</sup>, dificuldade e falta de acesso aos serviços de saúde, condições de vida que incidem sobre a saúde, são alguns

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/12/1941685-brasil-ultrapassa-russia-e-agora-tem-3-maior-populacao-carceraria-do-mundo.shtml> - acessado em 17/02/2018.

<sup>5</sup> O racismo não é um problema de formação ou comportamento. Entender o racismo como estrutural é compreender o seu significado dentro do processo de formação social e histórica do país e suas determinações – estruturante das divisões de classe e da concentração de riquezas com o uso da violência como prática política permanente para manutenção da ordem social. Discussão apontada por

dos elementos que configuram a hipótese razão do aumento dos indicadores. Seja pelo aumento do feminicídio, seja pela precarização das condições de vida das mulheres, os dados estruturais existentes no Brasil.

Nas periferias das grandes cidades, além da pobreza e das precárias condições de vida, as populações são vítimas do uso sistemático de violência associado ao cenário de conflito frequente com o tráfico de drogas, as diversas formas de repressão policial, mais especificamente a convivência com o medo e ou com as consequências do genocídio e lógica de extermínio dirigida especialmente à juventude negra e pobre que residem nesses territórios.

A vivência da pobreza, a experiência da maternidade, a objetivação sexual, e as formas de discriminação em razão da sua raça/etnia, expressam como as determinações de classe, gênero e raça/etnia, se articulam nas histórias e das diversas formas de violência no cotidiano das mulheres negras e pobres da periferia.

A população pobre e negra são os que mais sofrem as repercussões da barbárie contemporânea e das expressões da questão social, especialmente as mulheres.

A despeito dessas condições, mulheres pobres da periferia constroem cotidianamente alternativas e estratégias de resistência que se apresentam a partir do conjunto das suas determinações e no horizonte das lutas imediatas.

No campo das lutas imediatas é recorrente a luta por melhores condições de vida e ampliação de políticas públicas nos territórios; na busca da afirmação dos seus direitos e de seus filhos, formas de sobreviver às consequências perversas da desigualdade, das violências e dificuldade de acesso a direitos.

As demandas são diversas e, dada essa diversidade, a vida cotidiana ocupa quase que integralmente a atenção. As diversas formas de violência, bem como a desigualdade de gênero e raça, atravessam as várias esferas do cotidiano – a violência doméstica e nos espaços públicos, os conflitos e

---

Dennis de Oliveira em "Dilemas da luta contra o racismo no Brasil", in: Margem Esquerda, no. 27, Boitempo, São Paulo, 2016.

dinâmicas da violência urbana, a falta de acesso aos direitos essenciais, diversas formas de discriminação e opressão – de forma rotineira e banalizada.

Esse panorama coloca para a classe trabalhadora brasileira, em especial as negras e negros, o imperativo da resistência coletiva com a perspectiva de superação do conjunto de opressões e da exploração que sustentam o desenvolvimento capitalista.

A repercussão dos movimentos de resistência da periferia por meio da arte e cultura, organização de coletivos, expressa atualmente um cotidiano marcado por várias formas de luta e resistência – mobilizações e atos pelo fim do extermínio da população, mães em luta pela defesa e direitos dos filhos, mobilização em torno da luta pela garantia de políticas públicas, greves, etc.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

O nosso ponto de partida é a compreensão das repercussões da barbárie e questão social no período dos anos 2002 a 2016, cenário de ampla consolidação das políticas neoliberais no Brasil. Caracterizado por contradições e tensionamentos expressos no momento de reatualização do conservadorismo, avanços em relação à pauta por direitos das mulheres e efervescência do movimento feminista em suas diversas formas de expressão, o investimento em políticas compensatórias<sup>6</sup>, regressão de direitos e acirramento das formas de repressão e violência do Estado.

Se nos tempos primórdios a barbárie se referia ao quadro de escassez, a barbárie moderna se caracteriza pelas formas atualizadas de exploração, espoliação, expropriação que a maioria da população está submetida a viver como parte do processo de acumulação do capital. A barbárie moderna e capitalista já se manifestara naquilo que Marx denominou como “acumulação

---

<sup>6</sup> A partir dos anos 90 inicia a expansão e consolidação do neoliberalismo, há uma expansão contraditória dos direitos sociais, que imprimi a mercantilização desses direitos sociais, substituindo as políticas sociais por políticas compensatórias, especialmente destinadas às populações em estado de miséria.

primitiva<sup>7</sup>”, ou seja, todas as formas pré-capitalistas - processo de colonização, escravidão na América e dizimação dos povos indígenas, expropriação e exploração em vários lugares do mundo – foram meio para consolidação do capitalismo em escala global, de forma que todo o desenvolvimento capitalista é avanço civilizatório fundado na barbárie (NETTO, 2012).

A despeito dos avanços tecnológicos e conquistas “civilizatórias” que o capitalismo pode oferecer a humanidade, a globalização e o atual estágio de desenvolvimento só tem reproduzido mais violência, barbárie e exploração. O capitalismo e sua capacidade produtiva do trabalho criaram as condições materiais para liberar a humanidade da escassez e da necessidade, no entanto, segue produzindo barbárie e violência como mecanismo de regulação. O atual estágio da produção capitalista é necessariamente destrutivo.

A crise estrutural ou sistêmica que se coloca no cenário atual resulta de um longo período ciclos de crises, mas especificamente as últimas 03 décadas, com traços inéditos e rebatimentos diretos na classe trabalhadora e para aqueles que estão na base da pirâmide social. (NETTO, 2012).

Na cena contemporânea, a barbárie na relação com o capitalismo e no seu processo de sucessivas crises caracteriza-se como elemento fundamental e base de sustentação do atual estágio do capitalismo.

As crises, inerentes ao capitalismo, ocorrem quando do antagonismo entre as forças produtivas (acesso de matérias primas, tecnologias) e as relações de produção (modo de produção), cria barreiras a sua própria expansão. A superação de tal antagonismo só pode se dar a partir de

---

<sup>7</sup> Marx trata a acumulação primitiva como processo fundacional e as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista. “O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais da subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre o produtor e meio de produção. Ela aparece como ‘primitiva’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.” (MARX, 2013, p. 786).

movimentos restaurados que, ciclicamente, repõem novas barreiras à valorização do valor. Nos termos de Mota (2012),

“Este processo é determinado pela busca de lucros e mediado por iniciativas econômicas e políticas que permitem tanto a existência de períodos em que prevalece a destruição massiva das forças produtivas, quanto à emergência de ciclos de prosperidade, alternando-se historicamente.” (MOTA, 2012, p. 30).

Diante dos momentos de crise do padrão de acumulação há o recrudescimento dos mecanismos de dominação-exploração, configurando as contradições e estruturas do sistema de barbarização da vida social em suas diversas dimensões. (ABRAMIDES, 2016).

O cenário de retrocesso e perdas em todo mundo, pois na tentativa de sair da crise, os países lançam mão do velho receituário das políticas de austeridade que trazem repercussões para toda a classe trabalhadora.

Na esfera da produção é importante destacar as *transformações no mundo do trabalho*, caracterizam-se especialmente pela precarização do trabalho, alijamento e precarização das condições de vida da população, majoritariamente inseridos em no mercado de trabalho informal, temporário, terceirizado, parcial, eventual, análogas à escravidão. A ampliação da super-exploração da força de trabalho se expressa ainda nas diferentes formas de trabalho precarizado e vinculado à economia informal, o que fratura ainda mais a classe trabalhadora que, apesar de se ampliar, se encontra cada vez mais complexificada, heterogênea, multifacetada. (ANTUNES, 2009).

Além das transformações do mundo do trabalho e da precarização das condições de vida de um grande contingente da população, a *ofensiva neoliberal* e os mecanismos de restauração da lógica do capital impactam nas formas de organização do Estado, da classe trabalhadora e nas suas formas de expressão.

Na esfera do Estado a investida do grande capital configura uma política de ampla privatização das empresas estatais e das políticas sociais, concretizando o ‘Estado Mínimo’ para os ‘trabalhadores’ e o ‘Estado Máximo’ para o capital, viabilizando a abertura de novos espaços de exploração do

capital privado e de destruição das políticas sociais públicas estatais duramente conquistadas pelas massas trabalhadoras. O atual estágio é incapaz de suportar nem mesmo as pautas sobre reforma, manifestação de garantia dos ‘mínimos sociais’ ou necessidades básicas na conformação dos marcos civilizatório. (ABRAMIDES, 2006).

A barbárie se manifesta como algo cotidiano e banal na vida de grande parte da população, especialmente aqueles situados na base da pirâmide social– pobres, mulheres, negros – dos países que se quer tiveram o acesso aos direitos sociais essenciais, garantido nos países “desenvolvidos” pelo Estado de Bem Estar Social.

No caso do Brasil, as poucas conquistas democráticas e no campo das políticas sociais, passam a ser, questionados e atacados, a exemplo o desmonte do SUS, e a ampla privatização de vários setores, o ataque dirigido especialmente à previdência social, o retrocesso e recuo do investimento em políticas e programas sociais de combate a fome.

No campo ideo-político, a ofensiva neoliberal contrapõe-se abertamente “a cultura democrática e igualitária da época contemporânea” (NETTO, 2012), acirrando o questionamento de afirmação da igualdade civil e política para todos, no aumento das desigualdades entre indivíduos no plano econômico e social, e na expansão do conservadorismo, das forças regressivas e reacionárias nos diferentes planos da vida cotidiana.

Trata-se de um cenário marcado pela banalização do humano e naturalização da barbárie, perverso e com teor nitidamente conservador, em que se reforça uma mentalidade utilitária e individualista; o culto ao consumo, a intolerância racial, geracional e religiosa; a debilitação das redes de sociabilidade e sua subordinação às leis mercantis; o estímulo ao consumismo, ao hedonismo e o individualismo das atitudes e condutas centradas no indivíduo isolado em uma sociedade de desiguais.

Tal esgotamento se expressa na crise de representativa política, nos sucessivos golpes e ataques a democracia, entendida, como valor universal,

utiliza-se de mecanismo de exceção, ditadura civil, etc. Especialmente nos países do capitalismo tardio (NETTO, 2012), explicitamente evidenciado no Brasil dos últimos anos, é que o Estado em sua forma política irá reproduzir os mecanismos de coerção e consenso entre as classes, servir de gabinete para decisões que venham ao encontro dessa burguesia. A coerção e a repressão do Estado por meio da violência, expressa o interesse da burguesia em manter os seus privilégios diante de qualquer possibilidade do exercício de igualdade, acesso ao poder político, etc.

As políticas públicas redistributivas, sobretudo representado pelos programas de transferência de renda, constituem elementos fundamentais e necessários à realização do processo orgânico e metabólico do capital de produção, reprodução, circulação e consumo. O que se revela em melhoria das condições de vida, acesso ao consumo, sem alterar as condições estruturais da vida de grande parte da população.

O impacto das contrarreformas e a regressão do investimento nesses programas impactará a vida de uma parte significativa da população que sem condições efetivas de “cidadania” engrossam o contingente da população ‘sobrante’ e miserável, sem perspectivas de acesso as condições mínimas de sobrevivência.

A precarização do mundo do trabalho e das condições de vida da população, bem como toda a sorte de ofensivas e violências, atinge frontalmente a vida da classe trabalhadora, especialmente as mulheres pobres e negras. Segundo IBGE (2017), pretos e pardos são 63% dos desocupados no Brasil. As mulheres são a maioria fora do mercado de trabalho. As trabalhadoras representam 65,1% desse contingente mantendo a tendência das pesquisas realizadas pelo IBGE. Com rendimentos inferiores aos demais trabalhadores do mercado formal, a informalidade atinge especialmente a população negra. No Brasil, somente 33% dos empregadores eram pretos ou pardos. Entre trabalhadores por conta própria, essa população representa 55% do total. Mais de um milhão de trabalhadores pretos ou pardos atuavam como ambulantes, totalizando 66,7% dessa ocupação.

Dentro do cenário, acentua-se a o processo de repressão, violência e segregação<sup>8</sup> das populações das grandes cidades, destacando as práticas de extermínio da população jovem e negra, o encarceramento em massa e diversas formas de militarização da vida cotidiana<sup>9</sup>.

Segundo Tribunal Popular do Júri (SILVA, 2017), o processo de encarceramento em massa se intensificou nos últimos 10 anos a partir do agravamento da legislação penal, a estruturação do aparato de segurança do Estado e investimento do Estado na indústria do controle, em detrimento de outras políticas como seguridade social.

O sistema penal compõe papel fundamental na estruturação e manutenção do Estado Burguês e atinge a maioria da juventude negra e pobre das grandes cidades. Coloca-se em evidencia o uso regular do “Estado de exceção” para aniquilar, dizimar e a população pobre e sobrando, marcadas pela seletividade penal das especificidades de classe, gênero e de raça /etnia.

Essa “face contemporânea da barbárie” (NETTO, 2012,013) é sustentada por um ‘ethos social’ que nutrido pelo pensamento conservador, legitima certo ‘senso comum penal’, substrato importante para a constituição de autorização social, com aderências no plano subjetivo, para que o projeto de extermínio, eliminação e encarceramento em massa em resposta social para as situações de violência vivenciadas cotidianamente. A barbárie, historicamente marcada pelo - genocídio, racismo e escravidão - se renova sistematicamente, e se revela concretamente nas formas de controle dos diferentes espaços da cidade com práticas de higienização, controle e segregação das ‘classes perigosas’.

---

<sup>8</sup> Caldeira (2000) caracteriza como segregação urbana a construção recorrente de muros que separam as pessoas de “bem” de um lado e as pessoas do “mal” de outro, muros construídos pelas barreiras geográficas – distância física entre a periferia e a cidade – pelo sentimento de medo e insegurança que justifica medidas de segurança e vigilância das “classes perigosas”, e pela presença recorrente de falas, estigmas e estereótipos em relação aos moradores da periferia.

<sup>9</sup> A militarização da vida cotidiana se dá especialmente pela ação repressiva do Estado, reafirmada por vários dispositivos (políticos e ideológicos) e com traços de continuidade de projeto político da burguesia, que historicamente investiu na área de segurança pública e controle das “classes perigosas”. (NETTO, 2013).

As chamadas periferias ou os chamados ‘territórios’ de pobreza passam a ser criminalizados em larga escala. O processo de expansão territorial das favelas e o aumento de moradores de rua universalizam a ideologia da criminalização desde a ocupação com aparato militar em vários morros do Rio de Janeiro, favelas e periferias de São Paulo.

As propostas do governo Lula e Dilma no período de 2002-2016 não consolidaram um projeto de alteração substancial da realidade. As políticas afirmativas em relação à raça e etnia, os avanços importantes em relação às principais pautas dos movimentos sociais foram importantes e necessárias, no entanto, não alteraram as condições concretas e as questões estruturais.

Atualmente as poucas conquistas que colocaram, em especial, as mulheres e negros e negras num patamar melhor de acesso a direitos, estão ameaçadas frente ao esgotamento do projeto de conciliação de classes ou o fim do período “neo-desenvolvimentista”<sup>10</sup>, sem base para enfrentamento das questões estruturais e do aprofundamento da crise no país.

O primeiro governo Lula, seguido do segundo governo e do período do governo Dilma até a tomada via Golpe parlamentar, foi um período marcado por certo otimismo,

“segundo o bloco ideológico novo desenvolvimentista, o Brasil viveria uma etapa do desenvolvimento capitalista inédita por conjugar crescimento econômico e justiça social – o que inauguraria um original padrão de acumulação no país, o social-desenvolvimentismo – e, no limite, por apontar para o rompimento com o neoliberalismo ou o subdesenvolvimento.” (CASTELO, 2012, p. 615).

A partir do golpe o desvelamento, ou mesmo antes, a partir da crise instaurada com o governo Dilma desvela-se um período de retração galopante dos direitos, avanço da entrega para burguesia nacional, acordos, alianças, dificuldade de sustentação de um governo sobre alguma base social. Pode-se

---

<sup>10</sup> Segundo Castelo (2012) o nacional desenvolvimentismo sempre exerceu forte influência ideológica e política nos principais debates da agenda nacional, a partir da década de 90 com a ascensão do neoliberalismo entra em fase de decadência e logo é retomada sob nova forma a partir do segundo mandato do governo Lula (2007/2010) como “neo-desenvolvimentismo”. “(...) com o aumento das taxas de crescimento econômico e a tímida melhora de alguns indicadores sociais, a ideologia desenvolvimentista voltou repaginada à cena – acoplada dos prefixos “novo” e “social” – e tornou-se o tema da moda no Brasil.” (CASTELO, 2012, p. 614).

evidenciar com total clareza, instauração de um projeto política que tende assolar os direitos dos trabalhadores, privatizar, destruir o patrimônio público.

O golpe parlamentar de 2016 consolida um projeto conservador e reacionário com severas repercussões para o conjunto da classe trabalhadora, mas especialmente para a vida das mulheres, negros e pobres; incide sobre as populações “marginais” e periféricas das grandes cidades, ainda hoje formada por migrantes de vários Estados do país, expropriados do seu lugar de origem pela pobreza e falta de oportunidade de trabalho, populações que vivem em favelas/comunidades em que a presença/ausência do Estado deixa a marca da violência e repressão, a gestão social e a intervenção filantrópica no trato da questão social.

O atual cenário de crise política e econômica evidencia-se, sobretudo, pelos efeitos sociais e econômicos que os setores oprimidos, como as mulheres, sofrem com a retirada de direitos dos planos de austeridade. E coloca em xeque a ideia reformista de ‘democratizar a democracia’ diante das consequências da crise, no qual os direitos são retirados em um piscar de olhos. (ASSUNÇÃO, 2017).

No cenário brasileiro de retrocessos destacamos: cortes de investimentos para os serviços públicos, o que onera o trabalho de cuidados que mais uma vez recai sobre as mulheres, apesar dos avanços e conquistas em relação aos direitos nas últimas décadas, ainda é ínfima a participação dos homens na socialização do trabalho doméstico e de cuidados; os ataques à previdência social prejudicam, sobretudo, as mulheres que trabalham mais horas que os homens e desde cedo.

As mulheres são as mais impactadas direta ou indiretamente pela violência que acomete as grandes periferias das cidades. O genocídio dos jovens negros incide diretamente na vida das mulheres da periferia que convivem com o luto ou medo da morte dos filhos, a construção de estratégias de trabalho e renda, luta pela sobrevivência e cuidados com a prole.

### 3. CONCLUSÃO

O que temos buscado sustentar a partir do debate sobre a barbárie é o seu caráter inerente ao sistema capitalista. No entanto, a barbárie convive com formas de oposição e resistências, mobilizações e lutas constitutivas do universo das forças políticas democráticas. Precisamente pelas características das práticas neoliberais, as lutas e a radicalização da democracia se revestem de maior importância (CISNE, 2015).

A atual conjuntura e contexto apontam para necessidade histórica de pensar os rumos empreendidos pelo conjunto de lutas e resistências forjadas por mulheres, homens e movimentos sociais, o alcance que essas lutas tiveram no campo imediato da emancipação política, os seus limites e a perspectiva de avanços rumo ao horizonte da emancipação humana.

Entender as perspectivas de luta e resistência das mulheres pobres e negras envolve compreender a própria formação social do Brasil e a participação das mesmas, desde a formação da força de trabalho e o processo de acumulação do capital.

A barbárie e a violência convivem com forças de oposição e resistência, mobilizações e lutas constitutivas do universo das forças políticas e democráticas – organização em grupos e coletivos, construção de rede de solidariedade e afetividade, manifestações de artísticas e políticas, grupos de denúncias, entre outros – particularidades de um cotidiano de enfrentamentos e lutas cotidianas.

A invisibilidade da presença das mulheres na história, e especialmente as particularidades da realidade das mulheres negras, refletem como as determinações da condição de vida, o racismo e opressão de gênero funcionam como eixo estruturante de relações sociais no capitalismo.

Essa é pauta de um debate presente no movimento feminista contemporâneo, especialmente o feminismo negro, na produção internacional

de intelectuais como Ângela Davis (2016, 2017), e no Brasil a partir de Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, entre outras.

Mulheres jovens feministas e negras lutam por introduzir na pauta do movimento feminista demanda específicas das mulheres negras. E o atual movimento de mulheres e ou feminismo negro e periférico, tem tensionado um movimento político ideológico cujo objetivo central constitui em revelar o racismo mediante evidências empíricas dos diferenciais raciais nas condições socioeconômicas e demográficas da população, a exemplo da incorporação do quesito raça/cor nos formulários básicos dos sistemas de informação em saúde, a inserção das pautas políticas nos diversos espaços da luta política.

A atual conjuntura e contexto apontam para a necessidade histórica de pensar os rumos empreendidos pelo conjunto de lutas e resistências, forjados por mulheres, homens e movimentos sociais, o alcance que essas lutas tiveram no campo imediato da emancipação política, os seus limites na perspectiva de avanços rumo ao horizonte da emancipação humana.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, no. 127, p. 456-475, set/dez. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo Trabalho).  
ASSUNÇÃO, Diana. **Feminismo e Marxismo**. São Paulo: Edições ISKRA, 2017.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Relatório Socioeconômico da Mulher- 2014**, Brasília, DF, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. **Balanço – Uma década de conquistas. Ligue 180. Central de Atendimento à mulher**. Secretaria de Políticas para Mulheres. Brasília- DF, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil. Subsídios para pacto nacional pela redução de homicídios.** SINESP. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Brasília – DF – 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2000.

CASTELO. Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CFESS. **Racismo.** Série. Assistente Social no combate ao preconceito. Caderno 3. Brasília, 2016.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

\_\_\_\_\_. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo, Cortez Editora, 2014.

CISNE M; DURIGUETTO. M.L. Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil. **SER Social**, Brasília. v. 17, n. 36, p.13-30, jan./jun/2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo. Boitempo, 2016.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, cultura e política.** São Paulo. Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia.**

\_\_\_\_\_. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo. Boitempo, 2018.

DEPEN. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Infopen Mulheres, 2014.

EURICO, Marcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2001 b.

\_\_\_\_\_. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Serviço Social: ensaios críticos.** 11. ed. São Paulo, Cortez, 2011.

IBGE. Estatística de Gênero. **Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010.** Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Número 33. Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. Síntese de Indicadores Sociais. **Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2016.** Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 36. Rio de Janeiro, 2016.

IPEA. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília, 2013.

MARX. Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** 1843. 2. ed. Boitempo, 2010.

MARX. Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

MASCARO, Alyson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo, Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.** São Paulo, Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011 a.

\_\_\_\_\_. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc. São Paulo**, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

\_\_\_\_\_. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** 5. ed. São Paulo, Cortez, 2012 (a).

\_\_\_\_\_. Uma face contemporânea da barbárie. **Revista Novos Rumos**, v. 50, no. 1, Marília, 2013.

OLIVEIRA, Dennis. Dilemas da luta contra o racismo. **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, n. 27, 2 sem, 2016.

PAOLI, Maria Célia. **O mundo indistinto: sobre gestão, violência e política.** In: RIZEK; OLIVEIRA (Orgs.). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo, 2007.

SAFFIOTI, H, B. I. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo, Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Diogo Joaquim dos. **Racismo e resistência à discriminação:** uma contribuição ao estudo de lutas sociais das negras e negros da classe trabalhadora. São Paulo. (Dissertação de Mestrado) – PUC, São Paulo, 2016.

SILVA, Eliana Pereira. **Mulheres em situação de violência na favela de Paraisópolis:** possibilidades de luta e resistência. Dissertação (Mestrado) – PUCSP, São Paulo, 2014.

SILVA. Givanildo Manoel (Org.). **Quebrando as grades:** liberdade incondicional. 2017

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: O Gênero nos Une, a Classe nos Divide.** 2. ed. São Paulo: Editora Instituto José Luiz; Rosa Sundermann, 2005. (Série Marxismo e Opressão).

WERNECK. Jurema (Org.). **O livro da saúde das mulheres negras:** nossos passos vêm de longe. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Criola, 2006.

WERNECK. J; LOPES. F. (Orgs.). **Saúde da População Negra.** 2. ed. ABPN, 2012. (Coleção Cadernos Negros).

WASELFILSZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2015.** Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília-DF, 2015.

\_\_\_\_\_. **Mapa da Violência 2016. Homicídios por armas de fogo no Brasil.** Brasília: Flasco Brasil, 2016.